



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

ADMINISTRAÇÃO

PROJETO INTEGRADO

GESTÃO DO RISCO NAS PEQUENAS
PROPRIEDADES RURAIS

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

NOVEMBRO, 2021

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
ADMINISTRAÇÃO

PROJETO INTEGRADO
GESTÃO DO RISCO NAS PEQUENAS
PROPRIEDADES RURAIS

MÓDULO TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS

GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCO – PROF. LUIZ
FERNANDO PANCINE

GESTÃO DE AGRIBUSINESS – PROF. DANILO MORAIS DOVAL

ESTUDANTES:

Nathália Caroline da Silva Bernardo, 18001386

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

NOVEMBRO, 2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. PROJETO INTEGRADO	4
2.1 GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS	7
2.1.1 PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO	10
2.1.2 MATRIZ DE RISCO	14
2.2 GESTÃO DE AGRIBUSINESS	18
2.2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR	19
2.2.2 GESTÃO NAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS	21
2.2.3 GESTÃO DO RISCO PARA UMA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL	23
3. CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS	26
ANEXOS	28

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o *Blackwell Encyclopedic Dictionary of Finance*:

“Risco pode simplesmente ser definido como exposição à mudança. É a probabilidade de que algum evento futuro ou um conjunto de eventos ocorra. Portanto, a análise do risco envolve a identificação de mudanças potenciais adversas e do impacto esperado como resultado na organização.” (apud ASSI, 2021)

Baraldi (2018, p. 13) e Damodaran (2009, p.338) relacionam o risco com a oportunidade.

Por outro lado, Arai (2015) ressalta que os “riscos são incertezas quanto a resultados futuros. Administrar riscos é gerir resultados de maneira proativa, antevendo-os.”

No 1º semestre de 2021, segundo o CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) com apoio do CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), o PIB do agronegócio nacional acumulou uma alta de 9,81%.

Como movimentador da economia do Brasil, o agronegócio brasileiro está sujeito a riscos como clima, fatores agronômicos, mercado etc.

Identificar e administrar esses riscos existentes na atividade é imprescindível para que a previsão de determinada tomada de decisão tenha probabilidade maior de sucesso.

O objetivo do trabalho é evidenciar a gestão de riscos aplicada na gestão agribusiness de pequenas propriedades rurais, bem como as melhores práticas para planejar, organizar e monitorar o gerenciamento do risco com as tecnologias mais utilizadas no ramo.

A agricultura familiar carece de recursos financeiros para aplicar um gerenciamento à nível de uma grande empresa. Porém, a aplicação de conceitos de gestão de risco tende a trazer melhores práticas para a sustentabilidade do negócio.

2. PROJETO INTEGRADO

O setor agropecuário é um dos principais motores da economia brasileira, bem como um grande exportador.

Para manter a presença nacional e internacional do setor, o gerenciamento do risco é imprescindível para que, principalmente em pequenas empresas agro, torne possível reconhecer riscos, analisar suas probabilidades, reduzir ameaças e acompanhá-los.

É preciso ter uma visão sistêmica do negócio e buscar o alcance de objetivos, seguindo um planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo.

O gerenciamento de riscos parte de uma comunicação adequada e a conformidade nas ações, evitando mal-entendidos e a falta de disciplina que, quando ocorrem, oferecem grandes riscos relacionados a diversos agentes.

Dentre os agentes temos:

- Patrocinadores
- Fornecedores
- Agentes Externos - órgãos governamentais, ambientalistas e a mídia
- Agentes Internos - equipe, executivos, colaboradores e departamentos
- Mercado - clientes, concorrentes e atacadistas, mercado internacional.

Quando se escolhe investir em determinado projeto, é preciso ressaltar seu objetivo, descobrir o custo provável, nomear possíveis riscos, rever a disponibilidade de recursos, analisar o retorno do investimento e identificar fatores do cenário atual do mercado.

Logo, a decisão sobre investimentos está atrelada à receita e depende de várias estratégias como: campanhas de marketing, treinamento e desenvolvimento de equipes, objetivos traçados, a ampliação ou crescimento, gerenciamento de pessoas e informações e a inovação provenientes de pesquisas e desenvolvimento de produtos novos.

Dentro do setor de agronegócio, termos como marketing e logística devem ser explorados com cuidado, principalmente por tratar-se de um comércio voltado para o mercado interno ou externo e são fatores que podem objetivar muitos riscos.

O controle interno faz parte da gestão estratégica e do gerenciamento de riscos e segue princípios fundamentais de controle:

1. Controles físicos: câmeras, alarmes, senhas em computadores, programas antivírus etc.
2. Autorização de transação: só podem ser realizados após a autorização de um responsável, como a transação de pagamento.
3. Segregação de função: dividindo funções, o princípio visa a efetividade do controle interno.
4. Supervisão das operações: garante que as atividades estão sendo executadas de acordo com os objetivos da organização, reduzindo probabilidade de furtos ou desfalques.
5. Rodízio de funcionários: deve-se evitar que um funcionário exerça uma determinada função por muito tempo.

O gerenciamento do risco na gestão agribusiness é um desafio maior quando falamos da agricultura familiar ou agricultura de pequenas empresas agrícolas, onde a escassez de recursos e conhecimentos podem impedir haja a sustentabilidade do negócio.

Gerenciar riscos consiste em planejar, organizar, dirigir e controlar todos os recursos visando eliminar ou minimizar as ameaças e aproveitar oportunidades.

É preciso reconhecer o risco de uma nova lei que entra em vigor, como uma possível ameaça aos negócios. Assim, reconhece a oportunidade de expandir o negócio quando se observa um potencial parceiro de negócios.

A falta de reconhecimento desses riscos positivos ou negativos pode reduzir ou aumentar a agregação de valor, atingindo um projeto, área, processo ou a própria organização.

Apesar da participação de todos, a gestão e o controle devem ficar a cargo de uma equipe específica de gestão de riscos, com uma busca constante pela identificação, tratamento e monitoramento.

No agronegócio podemos agrupar 5 prováveis categorias de riscos:

No setor, os riscos são marcantes, já que as incertezas estão relacionadas à diversas ocorrências, como vimos acima.

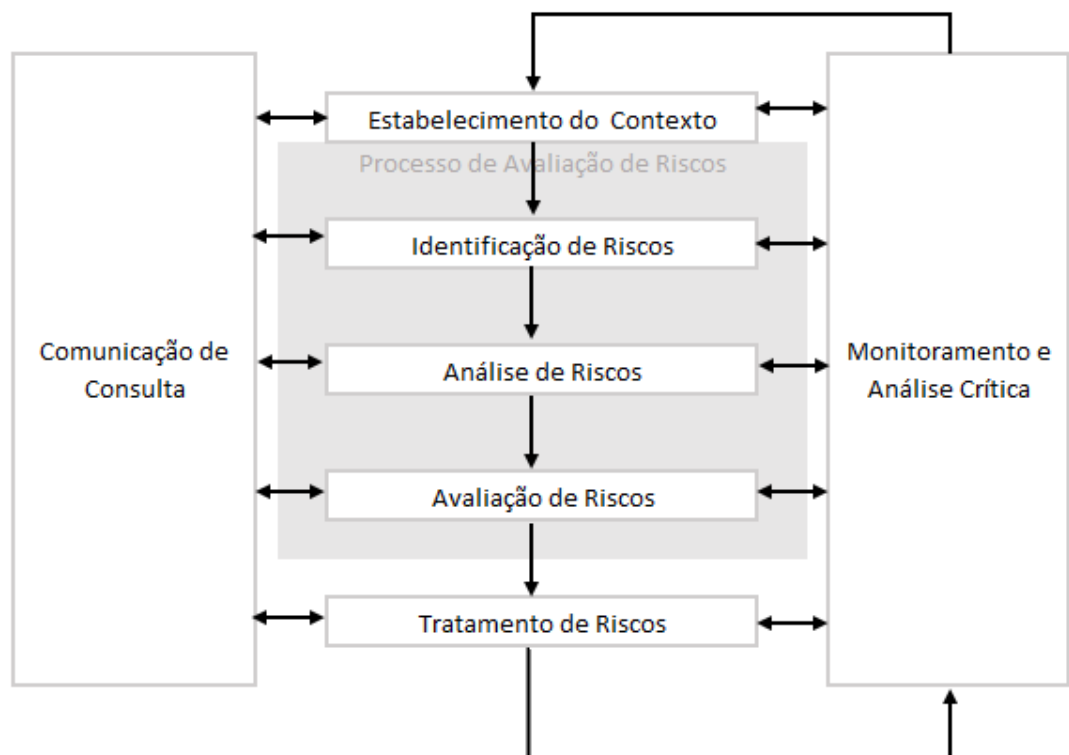
Portanto, cabe aos gestores estarem atentos a todos fatores que influenciam em todo ciclo de vida útil da atividade.

2.1 GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS

No agronegócio podemos agrupar 5 prováveis categorias de riscos:

1. Riscos Operacionais: ligados ao processo produtivo em consequência da gestão da empresa.
2. Riscos Agronômicos: ligados a eventos físicos e biológicos como clima e riscos fitopatológicos que reduzem a produtividade.
3. Riscos de Mercado: ligados à flutuação dos preços devido à oferta e demanda, bem como outras variáveis econômicas como taxa de juros, câmbio e crescimento da renda.
4. Riscos Financeiros: ligados à gestão do patrimônio da empresa, bem como a determinação de preços e custos de produção.
5. Riscos Institucionais: ligados às alterações nas legislações como políticas fiscais, taxas, juros, restrições ambientais, normas sanitárias e práticas da Organização Mundial do Comércio.

Figura 1 - Modelo de Gestão de Risco



Segundo a COSO (2007), o gerenciamento de riscos corporativos é constituído de oito componentes:

- **Ambiente Interno** - base pela qual os riscos são identificados e abordados pelo pessoal;
- **Fixação de Objetivos** - os objetivos devem existir antes que a administração possa identificar os eventos em potencial que poderão afetar a organização;
- **Identificação de Eventos** - os eventos internos e externos influenciam o cumprimento de objetivos, portanto devem ser identificados e classificados entre riscos e oportunidades;
- **Avaliação de Riscos** - os riscos são analisados, considerando-se a sua probabilidade e o impacto como base para determinar o modo pelo qual deverão ser administrados;
- **Resposta a Risco** - a administração escolhe as respostas aos riscos, evitando, aceitando, reduzindo ou compartilhando com uma série de medidas;
- **Atividades de Controle** - políticas e procedimentos são estabelecidos e implementados em prol da respostas aos riscos;
- **Informações e Comunicações** - as informações relevantes são identificadas, colhidas e comunicadas,
- **Monitoramento** - a integridade da gestão de riscos corporativos é monitorada e são feitas modificações quando oportuno.

Figura 2 - Relacionamento entre Objetivos e Componentes



Fonte: COSO (2007)

No cubo acima, é evidenciado um relacionamento entre os objetivos que a organização deseja alcançar e os componentes de riscos corporativos (COSO, 2007).

As quatro categorias de objetivos são representados em colunas verticais e os oito componentes nas linhas horizontais e as unidades de uma organização na terceira dimensão (COSO, 2007).

A NBR ISO 31000 é um documento para uso de organizações que buscam pela criação e proteção de valor, gerenciando melhor os riscos, tomando boas decisões, estabelecendo e alcançando objetivos e melhorando o desempenho.

Atualmente, foram certificados 614 profissionais no Brasil e, no mundo todo, é um número de 1.700 profissionais certificados.

Figura 3 - Modelo Gestão de Risco

Probabilidade	Alta	Média	Alta	Alta
	Média	Baixa	Média	Alta
	Baixa	Baixa	Baixa	Média
		Insignificante	Moderado	Catastrófico
Impacto				

Fonte: NAPOLEÃO, Bianca Minetto (2019)

2.1.1 PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO

Segundo Duarte Júnior (2005), existem quatro grupos principais de risco:

1. Risco de Mercado
2. Riscos Operacionais
3. Riscos de crédito
4. Riscos legais

Riscos de Mercado

O risco de mercado engloba vários riscos, como risco de taxas de juros, risco de taxas de câmbio, risco de ações, risco de commodities, risco de liquidez, risco de derivativos, risco de hedge e risco de concentração.

Figura 4 - Principais subáreas do risco de mercado

RISCO	DEFINIÇÃO
Taxas de juros	Perdas potenciais de um fundo de investimento devido a mudanças inesperadas nas taxas de juros
Taxas de câmbio	Perdas potenciais de um fundo de investimento devido a mudanças inesperadas nas taxas de câmbio
Ações	Perdas potenciais de um fundo de investimento devido a mudanças inesperadas nos preços das ações
Commodities	Perdas potenciais de um fundo de investimento devido a mudanças inesperadas nos preços das commodities
Liquidez	Perdas potenciais de um fundo de investimento devido ao fato de suas posições não poderem ser facilmente vendidas ou financiadas a
Derivativos	Perdas potenciais de um fundo de investimento devido ao uso de derivativos (para hedge ou especulação)
Hedge	Perdas potenciais de um fundo de investimento devido ao mau uso de instrumentos para hedge
Concetração	Perdas potenciais de um fundo de investimento devido à não-diversificação desse fundo.

Fonte: Adaptado de Duarte Júnior (2005)

Riscos Operacionais

O risco operacional engloba vários riscos, como o risco de equipamento, risco de obsolescência, risco de confiabilidade e presteza, risco de erro não intencional, risco

de fraude, furtos ou roubos, risco de qualificação, risco de produtos e serviços, risco de regulamentação, risco de liquidação financeira, risco de modelagem, risco de imagem, risco de concentração, risco sistêmico e risco de catástrofe.

Figura 5 - Riscos Operacionais

RISCO	DEFINIÇÃO
Equipamento	Perdas potenciais devido a falhas no sistema telefônico, elétrico, computacional etc.
Obsolescência	Perdas potenciais devido à obsolescência de seus sistemas de software, telefônicos, elétricos, máquinas etc.
Confiabilidade e prestação	Perdas potenciais devido ao fato de as informações não serem recebidas, processadas, armazenadas e transmitidas com rapidez e
Erro não intencional	Perdas potenciais de uma empresa devido a erros não intencionais (negligência, falta de concentração no trabalho, falta de informação
Fraudes, furtos ou roubos	Perdas potenciais devido a fraudes, furtos ou roubos por negligência de controles internos, divulgação errada de informações, manipulação de resultados etc.
Qualificação	Perdas potenciais devido a funcionários sem qualificação apropriada.
Produtos e serviços	Perdas potenciais devido ao não-atendimento, por produtos e serviços, das expectativas e necessidades de seus clientes, seja em produtos, seja em serviços.
Regulamentação	Perdas potenciais devido ao fato de a regulamentação externa ser alterada e não poder ser atendida pela firma.
Liquidação financeira	Perdas potenciais de uma empresa devido a falhas nos procedimentos internos para liquidar transações.
Modelagem	Perdas potenciais devido ao fato de os modelos matemáticos não serem adequadamente desenvolvidos e utilizados, e seus resultados,
Imagem	Perdas potenciais de uma empresa devido à diminuição de reputação no mercado.
Concentração	Perdas potenciais de uma empresa devido a negócios não adequadamente diversificados.
Sistêmico	Perdas potenciais de uma empresa devido a alterações substanciais no ambiente operacional.
Catástrofe	Perdas potenciais devido à ocorrência de catástrofes (furacões, enchentes, terremotos etc).

Fonte: Adaptado de Duarte Júnior (2005)

Riscos de crédito

O risco de crédito engloba vários riscos, como risco de inadimplência, risco de degradação, risco de garantia, risco soberano e risco de concentração de crédito.

Figura 6 - Principais subáreas do risco de crédito

RISCO	DEFINIÇÃO
Inadimplência	Perdas potenciais decorrentes de uma contraparte não poder fazer pagamentos devidos de juros ou principal no vencimento destes.
Degradação	Perdas potenciais devido à redução do rating de uma contraparte.
Garantia	Perdas potenciais devido à redução do valor de mercado das garantias de um empréstimo.
Soberano	Perdas potenciais decorrentes de uma mudança política nacional de um país que afete sua capacidade de honrar seus compromissos.
Concentração	Perdas potenciais diante da concentração da exposição de crédito em poucas contrapartes.

fonte: adaptado de Duarte Júnior (2005)

Riscos Legais

O risco legal engloba vários riscos, como o risco de legislação, o risco tributário e o risco de contrato.

Figura 7 - Principais subáreas do risco legal

RISCO	DEFINIÇÃO
Legislação	Perdas potenciais devido a penalidades impostas por regulamentação ou processos de clientes contra a empresa de administração de recursos de terceiros.
Tributário	Perdas potenciais decorrentes da criação de novos tributos ou mudança na interpretação dos tributos existentes.
Contrato	Perdas potenciais decorrentes de contratos omissos ou mal redigidos (sem o devido amparo legal).

fonte: Adaptado de Duarte Júnior (2005)

Para a implementação de um programa de gestão de riscos na prática, quatro elementos básicos a serem considerados são:

- Cultura voltada para a gestão de riscos;
- Pessoal qualificado;
- Controles internos de forma de que todas as atividades sejam supervisionadas,
- Tecnologia para supervisão e monitoramento automatizado das atividades.

Além disso, é necessário que todo o processo de identificação de riscos, análise, avaliação e tratamento sejam cumpridos.

2.1.2 MATRIZ DE RISCO

Segundo a Lei Nº 13.303, de 30 de Junho de 2016 (Nova Lei das Estatais). PREVISÃO LEGAL (Lei das Estatais), uma matriz de risco é:

“Art. 42º ...

X - matriz de riscos: cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

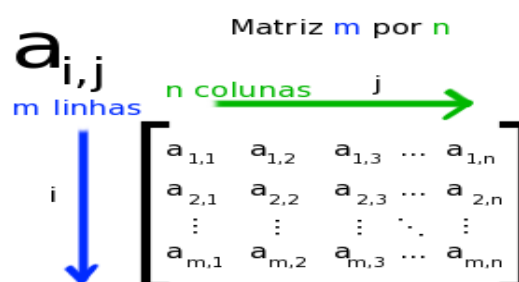
a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico financeiro da avença, e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo quando de sua ocorrência;

b) estabelecimento preciso das frações do objeto em que haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de resultado, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação;

c) estabelecimento preciso das frações do objeto em que não haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de meio, devendo haver obrigação de identidade entre a execução e a solução pré-definida no anteprojeto ou no projeto básico da licitação.”

Seguindo a definição da matemática, a matriz é um conjunto numérico representado por linhas em colunas dentro de uma tabela:

Figura 8 - Matriz Matemática



Fonte: Lessa, Roberto (2018)

Já uma matriz de risco, ou matriz de probabilidade e impacto é utilizada no processo de análise de ameaças.

No ponto de vista do gerenciamento de projetos, o risco é um evento ou condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito direto em pelo menos uma parte do projeto, podendo ser uma ameaça quando negativo ou uma oportunidade quando positivo.

Essa matriz é uma ferramenta visual que permite analisar rapidamente quais os riscos que precisam de mais atenção.

Figura 9 - Exemplo Matriz de Risco Simples



Fonte: Pontes, Rodrigo (2019)

A matriz de Risco conta com diferentes tipos, como modelo AIHA, BS 8800 e até modelos desenvolvidos pelo profissional capacidade que cubra as necessidades de controle.

De qualquer forma, é recomendável ter três itens importantes: **severidade** (negligenciável à crítico); **exposição** (diariamente à raras vezes) e **probabilidade** (improvável até frequente).

Ao **avaliar um risco que é uma ameaça**, é necessário desenvolver o nível de probabilidade e o impacto, a matriz utilizará as linhas e colunas para determinar a criticidade do risco, podendo ser Baixa, Média ou Muito Alta, sendo:

- Verde para Baixa;

- Amarelo para Média;
- Vermelho para Muito Alta.

O uso da matriz de risco é basicamente analisar o **cruzamento** entre **probabilidade X severidade**, a maioria das matrizes de riscos usam esta lógica de aplicação. O resultado do cruzamento será nível de risco. Veja abaixo:

Figura 10 - Matriz 5x5

MATRIZ DE RISCO - ESQUEMA 5x5						
Matriz de Risco Qualitativa		SEVERIDADE				
		Leve 1	Menor 2	Moderada 3	Maior 4	Extrema 5
PROBABILIDADE	Muito Provável E					
	Provável D					
	Possível C					
	Pouco Provável B		B2			
	Rara A					
Nível do Risco:		Tolerável (probabilidade=pouco provável, severidade= menor)				

Legenda do Risco	
	Trivial
	Tolerável
	Moderado
	Substancial
	Intolerável

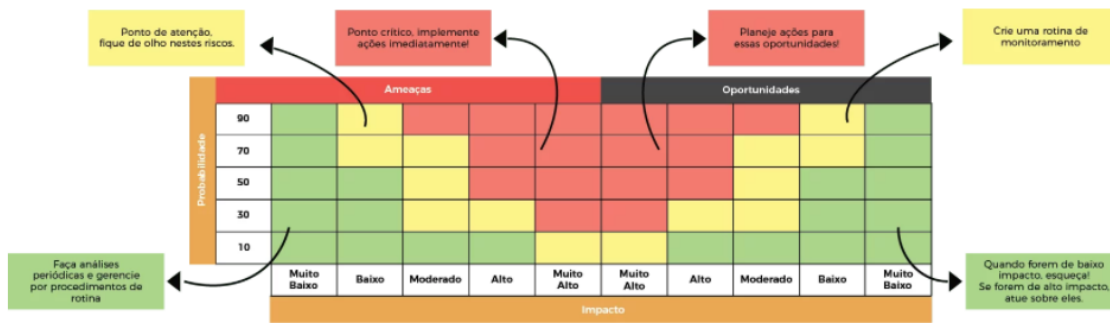
Fonte: Sistema ESO (2021)

Acima consta um modelo baseado na **AIHA**, em esquema **5x5**. Isso significa **5 níveis de probabilidade** e **5 níveis de severidade**. Neste exemplo, a probabilidade é de nível 2 (B) e a severidade também de nível 2 (menor), correspondendo a **risco tolerável** (como consta na legenda verde). [3]

A empresa é responsável por definir o nível de prioridade que desejar dar ao risco, existem as que buscam estratégias até para situações moderadas, as que estão na faixa amarela da matriz mas isso vai depender muito do contexto de cada organização, do que foi definido no procedimento e do que faz sentido tratar ou não.

Observe abaixo um exemplo de como ler uma matriz:

Figura 11 - Como ler uma matriz



Fonte: EBook - Como montar do zero um processo de gestão de riscos.

Atualmente nós contamos com várias ferramentas para lidar com riscos, como FMEA, FMECA, HAZOP, BIA, ALARP, etc. A matriz de risco é apenas uma delas, mas existe um meio mais eficiente que todos, a prevenção.

A Gestão de Riscos é de grande relevância, tem uma função muito grande no seu sistema de melhoria e possui o objetivo de tornar seus processos melhores. Se ela não está fazendo isso, é melhor reavaliar o seu processo ou a ferramenta que está usando, pois algo está errado!

2.2 GESTÃO DE AGRIBUSINESS

A gestão agribusiness é a junção de toda a produção no campo, como a agricultura, pecuária e aquicultura.

A expansão do setor primário pode favorecer o aumento do PIB e, além de ser uma âncora para o país, é um dos setores que mais empregam no mundo todo.

Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em 2020, o agronegócio ocupou 26,6% do PIB total do ano, a maior participação na história.

O crescimento da agroindústria depende do potencial de produtividade e da manutenção da competitividade. Operar com eficiência depende do aproveitamento de oportunidades, investimentos e conexão com o mercado.

A gestão de pequenas empresas rurais é semelhante à dos empreendimentos urbanos. A diferença consiste nas influências relacionadas a condições climáticas, tecnologia e mercado.

A grande dificuldade das pequenas propriedades pode ser a subsistência, onde o objetivo é suprir necessidades e conduzir a produção em prol disso. Para transformar esse paradigma é preciso um gerenciamento voltado para a evolução do negócio de forma efetiva.

Dentre os ciclos do agronegócio temos os insumos, a produção, a distribuição e o consumo. A partir desses ciclos, produtos como biocombustíveis, têxteis, madeiras ou alimentos são produzidos.

- **Insumos:** é a combinação de fatores diretos ou indiretos de produção como mão-de-obra, ração, adubo, maquinários etc;

- **Produção:** é o cultivo do solo ou da criação de animais a fim de transformar o produto agropecuário em subprodutos que servem de insumo para outros processos como corantes, fios, carnes, queijo etc;

- **Distribuição:** é o processamento, transporte e distribuição para consumidores intermediários;

- **Cliente Final:** são os consumidores dos produtos do agronegócio, aqueles que recebem produtos processados ou in natura.

O Agribusiness Brasil é formado por dois tipos de produtores:

- **Pequenos e médios produtos:** minifundiários que possuem pequenas áreas de produção cuja plantação ocorre dentro da sua propriedade, com predominância da agricultura familiar.

- **Grandes produtores:** são latifundiários, proprietários e arrendatários de grandes extensões de terra.

A implantação de novas tecnologias dentro do agronegócio vem transformando a gestão e a produtividade. Dentre elas temos os sensores, drones, software de gestão, biotecnologia e agricultura de precisão.

Apesar da relevância do Agribusiness Brasil, ainda é preciso expandir conceitos para tornar a gestão mais eficiente e sustentável.

2.2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo o Ministério da Agricultura, a agricultura familiar é a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira.

Dados da ONU apontam que ela é responsável por 80% de toda a produção mundial de alimentos e contribui para a preservação ambiental e segurança alimentar.

Podemos descrever a agricultura familiar como uma forma de organização social, cultural, ambiental e econômica, onde são desenvolvidas atividades que podem ser ou não de origem agropecuária. (Campos, Thiago 2020).

Neste tipo de agricultura a gestão da propriedade é compartilhada pela família, com uma relação particular com a terra e além de local de trabalho, é moradia.

Café, arroz, trigo, mandioca, soja, aves, bovinos e outros produtos são os principais núcleos da agricultura familiar no Brasil.

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Alguns programas de financiamentos do governo como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são incentivos à agricultura familiar.

Com a prática da agricultura orgânica e a agroecologia, a agricultura familiar é essencial para a segurança alimentar. Além da utilização de técnicas que promovem a segurança ambiental e alimentar.

Desde 1920 o Censo Agropecuário é realizado pelo IBGE com o objetivo de investigar informações sobre os estabelecimentos agropecuários e as atividades agropecuárias.

Segundo o Censo 2017 a agricultura familiar tem dinâmica e características distintas da não familiar. Pernambuco, Ceará e Acre têm as maiores proporções de área ocupada pela agricultura familiar.

Figura 12 - Valor da Produção por tipo de agricultura



Fonte: IBGE Censo 2017

2.2.2 GESTÃO NAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS

Para a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º:

“A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.”

O Direito Agrário traz o Estatuto da terra que busca definir a propriedade familiar:

Art. 4º

“II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;”

A Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 estabelece:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei 12.512, de 2011).

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A administração rural estuda processos de decisões ligadas ao agronegócio em relação aos resultados financeiros e controle de recursos.

As etapas essenciais para administração rural é o PODC:

1. **Planejamento:** É a etapa que estuda e avalia a situação atual, definindo, assim, os objetivos.
2. **Organização:** É o momento de agrupar e estruturar todos os recursos e fatores de produção para um funcionamento eficiente.
3. **Direção:** Envolve o ato de comandar, gerir ou dirigir a propriedade rural. A partir da supervisão, é possível verificar com maior precisão a execução das ações planejadas.
4. **Controle:** É um trabalho contínuo no qual é registrado e avaliado o desempenho de todas as atividades da propriedade rural. Com o controle é possível também fazer correções no decorrer das atividades.

Dentre as funções administrativas principais uma fazenda deve ter temos a **produção, finanças, comercialização e recursos humanos.**

Os principais desafios da administração rural são:

- **Gerenciamento das finanças:** fundamental para registrar todas as movimentações financeiras da fazenda e dissociar dos gastos financeiros pessoais, especialmente na agricultura familiar.
- **Controle da produção e logística:** além de ter controle sobre tudo que é produzido é preciso uma cadeia de distribuição correta e eficiente;

- **Mensurar Resultados:** as métricas são capazes de revelar os valores exatos, que demonstram o quanto a produção aumentou ou recuou.
- **Criar processos e delegar tarefas:** como boa parte das propriedades rurais nascem do seio familiar, criar e padronizar processos podem o crescimento do negócio. Funcionários e equipes devem ter papéis bem definidos para que o negócio se desenvolva.

2.2.3 GESTÃO DO RISCO PARA UMA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL

Uma propriedade rural consiste em um imóvel instalados em áreas não urbanas, espaços esses não ocupados por cidades ou adensamentos populacionais.

O autor do livro AFE Imóveis Rurais - Como Classificar e Avaliar Propriedades Rurais, Domingos Mota Martins diz que os imóveis rurais se destacam por ser uma boa oportunidade de empreendimento, uma vez que favorecem o desenvolvimento de várias atividades e possui um potencial para garantir bons lucros aos seus proprietários.

A Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, também conhecida como Estatuto da Terra, define "imóvel rural" como sendo “o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada.”.

Existem várias propriedades rurais, como: rancho, sítio, chácara, roça, estância, granja, fazenda e engenho.

O agricultor é o profissional responsável pelo manejo dos mais diversos tipos de plantações, desde a semeadura até a colheita. Ele também cuida de animais, como

vacas, ovelhas, cavalos, galinhas, porcos, entre outros animais normalmente criados na zona rural.

Portanto, é ideal analisar os riscos e fazer uma gestão para qualquer tipo de ameaça que possa impactar de alguma forma algum campo de trabalho, seja ela positiva ou negativa.

Iremos analisar abaixo uma gestão de risco para uma pequena propriedade rural:

Impacto	Alto	- Taxas de Juros (Mudanças inesperadas nas taxas de juros)	- Commodities (Perdas de um fundo de investimento devido a mudanças inesperadas nos preços das commodities)	- Catástrofe (Perdas devido à ocorrência de catástrofes)
	Médio	- Equipamento (Perdas devido a falhas nos sistemas como computadores, telefones e etc)	- Qualificação (Perdas por funcionários sem qualificação própria)	- Hedge (Perdas por mau uso de investimentos)
	Baixo	- Doenças (Perdas de clientes ou demandas devido a doenças de animais)	- Tributária (Perdas por criação de novos tributos, ou mudança na interpretação dos tributos existentes)	- Sistêmico (Perdas potenciais de uma empresa devido a alterações substanciais no ambiente operacional)
		Baixa (remoto)	Média (possível)	Alta (provável)
Probabilidade				

Diante dessa tabela podemos observar as possíveis ameaças que podem ocorrer dentro de uma área agrícola, de forma genérica, é importante que o profissional capacitado faça o levantamento das principais ocorrências e diante disso, elabore uma matriz de risco específica para cada setor que implica no ambiente.

3. CONCLUSÃO

É possível compreender que o risco é inerente aos negócios de qualquer natureza, afinal todos estão expostos a constantes mudanças.

Dessa forma, identificar e administrar os riscos existentes na atividade é imprescindível para que determinada tomada de decisão tenha maior probabilidade de sucesso.

Em setores como a agricultura familiar, onde os recursos financeiros são escassos, uma gestão de risco eficiente pode agregar resultados favoráveis à longo prazo.

É comum que as pequenas propriedades rurais, que nascem no seio familiar, carecem de um planejamento, organização, direção e controle, até mesmo por vincular particularidades financeiras com as finanças do negócio.

O sucesso de uma pequena empresa rural depende de um ciclo eficiente no agronegócio que se inicia nos insumos, passa pela produção, a distribuição e o consumo.

Para a organização de cada uma dessas atividades é imprescindível funções administrativas que partem da supervisão, da produção, o registro das finanças, mensuração de resultados e a gestão de recursos humanos para delegar tarefas.

Devido a grandes ameaças internas e externas no negócio, a matriz de risco ou matriz de probabilidade de impacto é utilizada para analisar riscos e assim gerenciar projetos com a mensuração quantitativa e qualitativa de determinada ameaça.

Portanto com a junção da administração rural e um programa de gestão de riscos, é possível prever e corrigir inconsistências nas atividades, otimizando processos para um bom desempenho nos resultados.

REFERÊNCIAS

- ASSI, Marcos. Gestão de Riscos com Controles Internos. São Paulo: Saint Paul, 2021.
- BARALDI, Paulo. Gerenciamento de Riscos Empresariais. Timburi: Cia do Ebook, 2018.
- DAMODARAN, Aswath. Gestão Estratégica do Risco: Uma Referência Para a Tomada de Riscos Empresariais. 1. ed. São Paulo: Artmed. 2009.
- ARAI, Carlos. Gestão de riscos. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.
- PIB do Agronegócio Brasileiro. CEPEA. São Paulo, 14 de set. de 2021. Disponível em: <<https://cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em: 29 de out. de 2021.
- SILVA, Haroldo José Torres da Silva. Agronegócio: Gestão de risco dá o caminho do sucesso. Revista Campo & Negócios. 01 de jun. de 2019. Disponível em: <<https://revistacampoenegocios.com.br/agronegocio-gestao-de-riscos-da-o-caminho-do-sucesso/>>. Acesso em: 30 de set. de 2021.
- KAERCHER, Adi Regina. Gerenciamento de riscos: do ponto de vista da gestão da produção. 1. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2016.
- MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Gestão de Riscos no Mapa: Gestão de Riscos na Administração Pública. 03 de ago. de 2021 Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/gestao-de-risco-s-no-mapa>>. Acesso em: 31 de out. de 2021
- NAPOLEÃO, Bianca Minetto. Matriz de Riscos (Matriz de Probabilidades e Impacto). 26 de jun. de 2019. Disponível em: <<https://ferramentasdaqualidade.org/matriz-de-riscos-matriz-de-probabilidade-e-impacto/>>. Acesso em: 01 de nov. de 2021
- DUARTE JÚNIOR, Antonio Marcos. Gestão de riscos para fundos de investimentos. São Paulo: Prentice Hall, 2005.
- TRISTÃO. Patrícia. Administração da pequena empresa rural. Disponível em: <<https://www.portalagropecuario.com.br/ovinos-e-caprinos/administracao-rural/administracao-da-pequena-empresa-rural>>. Acesso em: 23 de nov. de 2021
- MORAES, Michelly. Agronegócio no Brasil: qual a Importância para o País?. Disponível em: <<https://agropos.com.br/agronegocio-no-brasil/>>. Acesso em: 23 de nov. de 2021
- Artigo 42 da Lei nº 13.303 de 30 de Junho de 2016. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/116447822/artigo-42-da-lei-n-13303-de-30-de-junho-de-2016>>. Acesso em: 24/11/2021
- Elaboração de Matrizes de Risco. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/noticias/dnit-recebe-integrantes-do-governo-do-distrito-federal/2019_06_17-elaboracao-de-matrizes-de-riscos.pdf>. Acesso em: 24/11/2021
- O que é matriz de risco e como usar no PGR. Disponível em: <<https://sistemaeso.com.br/blog/seguranca-no-trabalho/o-que-e-matriz-de-risco-e-qual-usar-no-pgr>>. Acesso em: 24/11/2021
- Agricultura Familiar. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>>. Acesso em: 25/11/2021

Censo agropecuário. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/2017-np-censo-agropecuario/9827-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 27/11/2021

ANEXOS

Essa parte está reservada para os anexos, caso houver, como figuras, organogramas, fotos etc.